



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638303 - MG (2021/0000582-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : GRAZIELLE CRISTINA RIBEIRO E SILVA
ADVOGADOS : GRAZIELLE CRISTINA RIBEIRO E SILVA - MG094952
LUAN VELOSO COUTINHO - MG172242
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOAO PEDRO DA SILVA ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO PEDRO DA SILVA ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.597280-5/000).

O paciente foi condenado às penas de 1 ano, 3 meses e 13 dias de reclusão em regime inicial fechado e de multa, em razão da prática do crime previsto no art. 155, § 4º, inciso I, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

A impetrante sustenta que o regime prisional fechado foi escolhido com base na gravidade abstrata do delito, não obstante o crime ter sido cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Requer, liminarmente, a mitigação do regime prisional, permitindo ao paciente responder ao processo em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o acórdão do TJMG possui a seguinte ementa:

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. MATÉRIA DE APELAÇÃO CRIMINAL. RECORRER EM LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. PRESENÇA. ORDEM DENEGADA.-O remédio heroico não

pode ser impetrado como sucedâneo recursal, revelando-se a apelação a via processual mais adequada para o enfrentamento da pretensão de reanálise do regime de pena. Havendo o magistrado negado ao paciente o direito de recorrer em liberdade em decisão suficientemente fundamentada nos requisitos do art. 312 do CPP, não se há falar em constrangimento ilegal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente